TERMO DE FOMENTO N.º 02/2025

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO E A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CHUTE INICIAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROJETO SOCIAL CHUTE INICIAL COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA.

O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO/AL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Av. Graciliano Ramos, nº 250, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal Manoel Costa Tenório e de outro a Organização da Sociedade Civil doravante denominada simplesmente ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CHUTE INICIAL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 47.521.529/0001-14 com sede na Avenida 15 de Novembro, representada por Wanderley Pereira da Silva, na qualidade de Presidente, celebram o presente TERMO DE FOMENTO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, Lei Federal nº 8.069/1990, Resolução CONANDA nº 137/2010, Lei Municipal nº 778/2016, Decreto Municipal nº 13/2021 e do Edital de Chamamento nº 001/2025 publicado no Portal da Transparência do Município em 29 de julho de 2025, devendo as ações serem executadas de acordo com o Plano de Trabalho que faz parte integrante e indissociável do presente, bem como com as demais normas jurídicas pertinentes, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução do Projeto Social CHUTE INICIAL contemplado no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e voltado à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente no Município, na Área Temática "Esporte, recreação e lazer" pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, nos termos do Plano de Trabalho, que foi devidamente analisado e aprovado tecnicamente, sendo parte integrante e indissociável do presente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REPASSES

2.1 O Município repassará, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o montante de R$ 12.000,00 (doze mil reais), que será utilizado exclusivamente na execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, em 04 (quatro) parcelas, conforme cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, na seguinte forma:

Parcela	Mês	Valor
01	Setembro/2025	R$ 3.000,00
02	Dezembro/2025	R$ 3.000,00
03	Março/2026	R$ 3.000,00
04	Junho/2026	R$ 3.000,00

A primeira parcela prevista na subcláusula anterior deverá ser paga em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data da publicação do extrato ou do início da vigência

e as demais parcelas no dia 1º (primeiro) dia útil de cada mês, após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior, na periodicidade também prevista na tabela acima.

2.1 As despesas do presente Termo de Fomento correrão por conta do orçamento vigente com a seguinte classificação:

Unidade Orçamentária: 0882 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Projeto/Atividade: 6039 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Elemento de Despesa: 3341.41.00.00.00.0000 – Contribuições
Fonte de Recurso: 1500.00.000

2.1.1 Os recursos repassados neste Termo de Fomento e geridos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estão vinculados ao plano de trabalho previamente aprovado no processo do Edital de Chamamento n. º 001/2025 e não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente termo vigorará por 12 (doze) meses, em consonância com a execução prevista na proposta e plano de trabalho aprovados, a partir da data de publicação do extrato.

3.1.1 A vigência prevista na cláusula 3.1 poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do Município, por período equivalente ao atraso ou mediante solicitação da organização da sociedade civil, por escrito e devidamente fundamentada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término inicialmente previsto, exclusivamente para a conclusão integral do objeto.

3.1.2 O presente termo poderá ser rescindido pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que a intenção seja comunicada por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

3.1.3 O termo de fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÃO DAS PARTES

4.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

a) Repassar os recursos do FMDCA nos termos previstos neste Termo de Fomento;
b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
c) Solicitar a documentação necessária ao desenvolvimento e à conclusão do objeto deste Termo de Fomento;

d) Receber os documentos encaminhados pela OSC, e juntá-los ao processo competente;
e) Estipular o prazo máximo de 20 (vinte) dias, para que a OSC adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Fomento, sempre que verificada alguma irregularidade, dando ciência ao CMDCA;
f) Reter o repasse de recursos deste Termo de Fomento, quando a OSC não cumprir com suas obrigações aqui convencionadas, informando o CMDCA;
g) Examinar a prestação de contas dos recursos repassados por meio de seu Órgão competente, dando ciência ao CMDCA.
h) Designar uma Comissão de Monitoramento entre os Conselheiros de Direito do CMDCA para acompanhar a execução do objeto deste Termo de Fomento.
i) Deverá manter em seu sítio oficial na internet, as informações referentes à presente parceria, bem como, do respectivo plano de trabalho até cento e oitenta dias após o encerramento da mesma, além dos meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos neste Termo de Fomento.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a:

4.2.1 Com relação à execução técnica do objeto e suas peculiaridades:

a) Executar as ações em estrita consonância com o Plano de Trabalho aprovado, seus objetivos e estratégias metodológicas específicas do Projeto contemplado no Edital de Chamamento Público nº 001/2025;
b) Desenvolver as ações de acordo com a legislação pertinente, bem como das diretrizes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA e da Secretaria de Assistência Social;
c) Prestar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou a quem ele delegar, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;
d) Promover, no prazo a ser estipulado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento e avaliação;
e) Participar das reuniões de monitoramento e avaliação;
f) Participar de reuniões dos Conselhos Municipais, Fóruns e grupos de trabalho;
g) Apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nos prazos e moldes por ele estabelecidos, os relatórios técnicos do objeto executado, sem prejuízo dos referentes à prestação de contas deste Termo de Fomento;
h) Comunicar formal e imediatamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da diretoria;
i) Manter, durante toda a vigência da parceria, as condições iniciais de autorização, em especial o registro ou inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
j) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, nos termos do Art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela 13.204/2015.

4.2.2 Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:

a) As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade, bem como a perfeita contabilização das referidas despesas;
b) Aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria, assim como os eventuais rendimentos, no atendimento do objeto constante da cláusula PRIMEIRA em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas (plano de aplicação dos recursos) e cronograma de desembolso aprovados;
c) Efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, após a publicação do extrato do Termo de Fomento e dentro da vigência do mesmo, indicando no conteúdo original dos documentos – o número do Termo, fonte de recurso e o órgão público a que se referem, digitalizando-os, em seguida, enviar ao CMDCA, por e-mail, e mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;
d) Manter conta corrente junto ao Banco do Brasil, específica para a movimentação dos recursos oriundos deste Termo de Fomento;
e) Realizar toda movimentação de recursos no âmbito da parceria, mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços;
f) Aplicar os saldos e provisões referentes aos recursos repassados a título desta parceria, sugerindo-se cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operações de mercado aberto lastreados em títulos da dívida pública, sendo que a conta de aplicação financeira dos recursos deverá ser vinculada à conta do ajuste, não podendo ser realizada em contas estranhas ao mesmo;
g) Não repassar nem redistribuir a outras Organizações da Sociedade Civil, ainda que congênere, bem como a qualquer outra pessoa jurídica, os recursos oriundos da presente parceria;
h) Prestar contas dos recursos recebidos, trimestralmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desembolso das despesas, sob pena de suspensão dos repasses;
i) Apresentar, em conjunto com as prestações de contas todos os documentos previstos no art. 20 da Resolução CMDCA nº 01/2024 e na subcláusula 6.2 e outros que vierem a ser eventualmente disciplinados;
j) Devolver ao FMDCA eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, em caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, devendo comprovar tal devolução, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;
l) Não remunerar, a qualquer título, pela organização da sociedade civil, com os recursos repassados, servidor ou empregado público.

4.3 Constitui responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;

4.4 Constitui, também, responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

5.1 A parceria celebrada, será objeto de monitoramento e avaliação realizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por comissão instituída para este fim.

5.1.1 As ações de monitoramento e avaliação deverão atender ao exigido pelo § 1º e seus incisos do Art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como as normas pertinentes ao objeto da parceria.

5.1. 2 Do processo de monitoramento e avaliação previsto na subcláusula 5.1.1, serão expedidos relatórios pela comissão que deverão ser submetidos à homologação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 As organizações da sociedade civil deverão prestar contas dos recursos recebidos, trimestralmente, por meio do envio detalhado das despesas as quais deverão ser apresentadas em reunião do CMDCA.

6.1.1 A prestação de contas de que trata a subcláusula 6.1 obedecerá aos prazos e condições assinalados pelas normativas expedidas pelo CMDCA juntamente com a Secretaria de Assistência Social, sob pena de suspensão dos repasses.

6.1.2 As comprovações trimestrais devem ser encaminhadas por meio eletrônico, em ordem cronológica, em estrita consonância com o plano de aplicação aprovado anteriormente.

6.2 Deverão ser apresentados em conjunto com a prestação de contas:

I. Comprovantes de transferências de pagamentos referentes às despesas previstas no plano de aplicação;
II. Notas fiscais das despesas;
III. Relatórios descrevendo as atividades realizadas em consonância com o plano de trabalho;
IV. Outras documentações comprobatórias solicitadas pelo CMDCA e/ou Secretaria de Assistência Social.

6.3 Caberá a análise, ao CMDCA juntamente com o setor financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, da prestação de contas encaminhada pela organização da sociedade civil, visando o acompanhamento da execução financeira do termo de fomento.

6.4 Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas será concedido prazo, a ser determinado pelo CMDCA, para a organização da sociedade civil saná-la, em analogia às disposições do artigo 70 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.5 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos originais que a compuseram.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho apresentado, da Lei Federal nº 13.019/14 e demais legislações que regulamentem a matéria, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I. Advertência;
II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades municipais, por prazo não superior a dois anos;
III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

7.1.1 As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

7.1.2 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

7.1.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

8. CLÁUSULA OITAVA - BENS REMANESCENTES

8.1. Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

9. CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 As partes elegem o foro da Comarca de Quebrangulo para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

MANOEL COSTA TENÓRIO
Prefeito

CRISTINA LÚCIA VASCONCELOS LIMA MEDEIROS MAIA
Secretária de Assistência Social (Ordenadora de despesa do FMDCA)

TAMIRIS FERREIRA DE ASSIS SILVA
Presidente do CMDCA

WANDERLEY PEREIRA DA SILVA
Presidente da Associação Esportiva Chute Inicial